



## AS REMOÇÕES DE SENTIDOS NOS DISCURSOS QUE ATRAVESSAM A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

GOMES, Nilo Sergio S.  
Professor da ECO-UFRJ  
*nilo.gomes@eco.ufrj.br*

274

### RESUMO

Este texto tem por meta traçar um roteiro para a compreensão da remoção de sentidos nos contextos das discursividades que atravessam a cidade do Rio de Janeiro, neste XXI ainda em começo, potencializadas por uma intensa circulação e convivência midiática de muitos desses discursos. Estas últimas agora mediadas também por uma profusão de redes e conexões possíveis nos ambientes das novas tecnologias de informação e comunicação, que por sua vez convivem, nem sempre harmoniosamente, nos ambientes massivos propiciados pelas grandes corporações midiáticas. Uma convivência que tantas vezes reproduz discursos e sentidos propagados na grande mídia corporativa – aquela hegemônica e dominante nos lares, nas ruas e em tantos outros ambientes –, mas que também contesta esta mídia, dela diverge, se distancia e se expõe enquanto outro lugar de fala.

**Palavras-chave:** remoção, sentidos, discurso

### ABSTRACT

This text is aimed at drawing a roadmap for understanding the removal of meanings in the contexts of discourses that run through the city of Rio de Janeiro, this still early XXI, enhanced by a strong movement and media relations. The latter now also mediated by a multitude of networks and connections possible in environments of new information technologies and communication, which in turn coexist, not always harmoniously, in massive environments enabled by large media corporations. One familiarity that often reproduces speeches and propagated senses in big corporate media - that hegemonic and dominant in homes, on the streets and in many other environments - but it also disputes this media, it diverges if distance and exposed while another place speech.

**Key-words:** removal, meanings, discourse

### Introdução

Este artigo parte da suposição que em toda realidade política-cultural, em uma dada sociedade humana, é sempre possível encontrar palavras que sejam especialmente próprias daquela realidade, específicas e/ou emblemáticas daquela ocasião, período e conjuntura histórica. Assim como é possível também encontrar palavras cujos sentidos



estejam em trânsito, fluindo, levadas para o esquecimento ou deslizando para outros sentidos, em derivas quase sempre entrelaçadas, quando não oriundas mesmas das situações e conjunturas históricas que lhes são próprias e nas quais se produzem.

Tal suposição tem por base e inspiração as observações do sempre citado linguista russo Mikhail Bakhtin, para quem “A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (2002, p. 41).

(...) As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abrem caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (ibid.)

Nosso desafio, então, é o de elaborar um texto que dê conta das prováveis derivas e deslizamentos de sentidos em curso em nossa sociedade, neste início de XXI, mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro, nos discursos, linguagens e discursividades que a atravessam e por ela circulam. Maneiras de dizer que estão presentes no meio social carioca, ao mesmo tempo em que nele se inscrevem e se instauram, se transformam e se alteram, empreendendo no cotidiano das práticas discursivas e de comunicação deslocamentos de sentidos quase sempre à margem, quando não contrariamente às regras e normas estabelecidas desse dizer; do que pode e deve ser dito e entendido.

Deslocamentos que são produzidos e ocorrem na vida social – na história, portanto, nos embates das nem sempre explícitas e visíveis lutas de classe, das diferenças de interesses e visões de mundo que disputam primazias; nas transições políticas, sociais, econômicas, culturais que se dão e se operam a cada dada conjuntura histórica de uma sociedade – inclusive aquelas “mais efêmeras das mudanças sociais” que, como anotou o estudioso russo, aparecem inscritas nas palavras que as registram. E as palavras que iremos colher para demonstrar derivas e deslizamentos de sentidos em curso nos discursos que dizem respeito ao Rio de Janeiro serão extraídas, sobretudo, da mídia, onde circulam, se reproduzem e se amplificam. Tanto da mídia hegemônica, das grandes corporações



mediáticas; quanto da não-hegemônica, hoje bem mais plural e diversa mediante as novas tecnologias de informação e comunicação.

Consideramos que há em curso o que Fausto Neto (2008) cunhou como “processo de midiática da sociedade”, e que Muniz Sodré (2008) definiu como um novo gênero de existência, o “*bios* midiático”. Vivemos – mais ainda nesta segunda década do XXI – envolvidos e conectados, praticamente todos os dias, quase que ininterruptamente, a algum tipo de mídia. Para Fausto Neto,

(...) as mídias deixaram de ser apenas instrumentos a serviço da organização do processo de interação dos demais campos, e se converteram numa realidade mais complexa em torno da qual se constituiria uma nova ambiência, novas formas de vida, e interações sociais atravessadas por novas modalidades de “trabalho de sentido”. Nesse contexto, as mídias não só se afetam entre si, se interdeterminando, pelas manifestações de suas operações, mas também outras práticas sociais, no âmago do seu próprio funcionamento. (p. 92)

E Muniz Sodré (2008) escreveu que

O “espelho” midiático não é simples cópia, reprodução ou reflexo, porque implica uma forma nova de vida, com um novo espaço e modo de interpelação coletiva dos indivíduos, portanto, outros parâmetros para a constituição das identidades pessoais. (p. 23)

Partindo-se da classificação aristotélica, a midiática ser pensada como tecnologia de sociabilidade ou um novo *bios*, uma espécie de *quarto âmbito* existencial, onde predomina (muito pouco aristotelicamente) a esfera dos negócios, com uma qualificação cultural própria (a “tecnocultura”). O que já se fazia presente, por meio da mídia tradicional e do mercado, no *ethos* abrangente do consumo, consolida-se hoje com novas propriedades por meio da técnica digital. (p. 25)

Essa mídia e seus poderes foram analisados também pelo sociólogo Octavio Ianni (1998, 2004), que dedicou seus últimos textos às análises e reflexões sobre o que ele cunhou de o “príncipe eletrônico”, para caracterizar a ação política e ideológica da mídia, produzindo consensos, costurando hegemonias e massificando as ideias dominantes de sua época (Gomes, 2013). Recorrendo às formulações de Adorno e Horkheimer (2002),



a respeito da indústria cultural, e de Gramsci, sobre o “príncipe moderno”<sup>1</sup>, Ianni concebeu o “príncipe eletrônico” como a ação da mídia produzindo consensos, visões de mundo e hegemonias.

O príncipe eletrônico pode ser visto como uma das mais notáveis criaturas da mídia, isto é, da indústria cultural. Trata-se de uma figura que impregna amplamente a Política, como teoria e prática. Impregna a atividade e o imaginário de indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais, nações e nacionalidades, em todo o mundo. (1998, p. 25)

(...) a mídia se transformou no intelectual orgânico das classes, grupos ou blocos de poder dominantes no mundo. Um intelectual orgânico complexo, múltiplo e contraditório, mas que atua mais ou menos decisivamente por sobre os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos sociais e as correntes de opinião pública (...). Ela forma e conforma movimentos de opinião pública, em diferentes esferas sociais, compreendendo tribos, nações e nacionalidades, ou atravessando culturas e civilizações. (...) Hoje a sociedade usa a mídia para exercer uma forma de autocontrole (2004, p. 268-269).

A midiaticização da sociedade é, pois, um fenômeno observado por pensadores, cientistas políticos e sociais, e por dentro desse fenômeno dizemos que o discurso jornalístico ocupa cada vez mais espaços e centralidades, influenciando e repercutindo em outras práticas discursivas que se produzem social e culturalmente. Essa linguagem da notícia – o discurso jornalístico, “linguagem transfronteira”, como a pensou Lage (2004) – está permanentemente presente em nosso cotidiano.

Consequentemente, a linguagem jornalística está impregnada nos discursos que “midiatizam a sociedade” e que são, sabe-se lá em que extensão e dimensão social, tomados como paradigmas do dizer, do se expressar e do se exprimir. Ou, dito de outra forma, do ser sujeito de seu próprio discurso, ainda que sob o incômodo percebido pelo linguista francês Michel Pêcheux, de se saber não ser a fonte do que se diz (Maldidier, 2003). A fonte será sempre o meio social em que se vive e a sua época, com seus conflitos e cotidianos, ou seja, a história, em cuja contemporaneidade o discurso jornalístico tem presença relevante e destacada no processo de midiaticização da sociedade.

Analisar as materialidades discursivas que circulam e se difundem pela mídia e que dizem respeito à cidade e delas extrair palavras-chave, que as caracterizem e

---

<sup>1</sup> Antonio Gramsci, como se sabe, tomou emprestado a concepção do “Príncipe”, de Nicolau Maquiavel, do século XVI, para formular a concepção do partido político revolucionário como o “moderno príncipe”, capaz de unificar, convergir e hegemonizar as forças políticas do Estado nacional-popular.



tenham marcas de singularidades da época – no caso, a segunda década do XXI –, é ter acesso às articulações e intimidades dos discursos e narrativas que dão e disputam os sentidos da cidade. É, como pensamos, observar e compreender o funcionamento desses discursos, seus dizeres, suas linguagens que hoje mediatizam a sociedade – “obra e instrumento” (Morin, 2005), ao mesmo tempo produto e ferramenta; e daí extrair situações discursivas, práticas linguísticas cujos tecidos e materialidades estejam gravadas com marcas próprias à sua época, datadas, historicamente.

### **A cidade como lugar de negócio**

Contudo, há um conteúdo da suposição de onde partimos, que ainda não foi devidamente abordado como os demais campos aqui já percorridos – a mídia, o discurso jornalístico e as novas tecnologias de comunicação. Este conteúdo é a cidade. Nosso objeto de análise – a remoção de sentidos nos discursos da mídia sobre a cidade – se faz presente na cidade do Rio de Janeiro. Mas, enfim, o que são as cidades?

Para o geógrafo brasileiro Milton Santos (1993), a cidade é o lugar “onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, (e que) está deste modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político das possibilidades de soluções” (p. 48). O professor Carlos Vainer (2003), do IPPUR-UFRJ, apontou

(...) as duas utopias que, hoje, inspiram e orientam os conceitos e projetos de cidade e, em consequência, as políticas e práticas de planejamento urbano: a utopia da cidade empresa/mercadoria e a utopia da cidade democrática. Do embate entre estas duas utopias depende o futuro de nossas cidades (p. 16).

Já para o sociólogo e urbanista Robert Park, a cidade é

(...) a tentativa mais bem-sucedida do homem de refazer o mundo em que vive mais de acordo com os desejos do seu coração. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é também o mundo onde ele está condenado a viver daqui por diante. Assim, indiretamente, e sem ter nenhuma noção clara da natureza da sua tarefa, ao fazer a cidade o homem refez a si mesmo. (apud Harvey, 2014)



Nesse mesmo artigo em que cita Park, o geógrafo estadunidense David Harvey defende e propugna que o direito à cidade é um “direito humano”. Segundo suas palavras,

(...) O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados.

Não havendo – ainda – este direito coletivo à cidade apregoado tanto pelos movimentos populares que se espraiam pelo mundo como por teóricos como Harvey, a cidade aparece como o que é, hoje, em nossa sociedade: local de disputa entre o capital – que nela investe para se apossar de seu território, transformando-o em valor de mercado e lucros crescentes por cada metro quadrado – e a população, que a habita e a compreende como espaço de moradia e trabalho – isto é, como “seu” território, também. O direito à cidade é meta a conquistar – a cidade cidadã, como a propõe Ermínia Maricato (op.cit.).

Em se tratando da cidade do Rio de Janeiro, que está no foco deste trabalho, a luta e os movimentos pela moradia têm ocupado presença permanente e cada vez mais orgânica no tecido social. Em um texto elaborado para o Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor, intitulado “A luta por moradia e a política urbana no Rio de Janeiro”, publicado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), em 2007, uma equipe de profissionais de arquitetura<sup>2</sup> diagnosticou que “O Rio de Janeiro enfrenta uma crise urbana” e que um dos problemas mais graves é a moradia. De acordo com o texto,

(...) Uma parcela cada vez maior da população não tem acesso à habitação de qualidade, segura e bem localizada, não tendo garantido, de fato, o seu direito à cidade. O resultado é que temos, desde os anos 1990, políticas habitacionais pouco efetivas, que produziram tão somente cerca de 10% das novas habitações entre 1991 e 2007. A inoperância do setor público na produção de moradias levou a que o déficit habitacional tenha crescido neste período em cerca de 28.000 unidades, atingindo em 2007 um total estimado de 157.000 famílias

---

<sup>2</sup> SARAIVA, Camila Pereira; BARROS, Danielle; VARGAS DE FARIA, José Ricardo; FERREIRA, Patrícia Menna Barreto; POLLI, Simone Aparecida; ARAÚJO, Vanessa Jorge de; e BOCANEGRA, Vanessa Martin. Ver referências bibliográficas.



sem moradia adequada. Como consequências, voltaram a crescer os loteamentos irregulares e clandestinos e, mais ainda, as favelas, única alternativa de acesso à terra para os mais pobres, chegando a um total estimado em mais de 1.200.000 domicílios em 2007. (p. 6)

Se tomarmos por estimativa que em cada domicílio deste universo de 1,2 milhão de moradias residam quatro pessoas – uma suposição bem conservadora, pois, em geral, os casais residentes nas favelas e nos loteamentos irregulares têm, em média, segundo dados disponíveis no portal do IBGE<sup>3</sup>, mais de dois filhos –, mesmo assim teremos um total de quase 5 milhões de moradores. Um resultado que não difere muito dos apontados pela arquiteta e professora Ermínia Maricato, da USP. No artigo intitulado “Conhecer para resolver a cidade ilegal”, ela escreveu que

Se somarmos a população moradora de favelas com a população moradora de loteamentos ilegais teremos aproximadamente metade de todos os habitantes de São Paulo e também do Rio de Janeiro. Em relação à legislação urbanística (parcelamento do solo, zoneamento, meio ambiente apenas para citar as principais) e à legislação edilícia (código de obras), estamos diante de uma "situação na qual a regra se torna mais exceção do que regra e a exceção mais regra do que exceção".

Essa gigantesca ilegalidade não é percebida nem pelas instituições brasileiras, nem pela mídia e nem pela própria universidade. Nas maiores cidades brasileiras, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, mais de 1/5 dos habitantes mora em favelas. Em Salvador e Fortaleza a cifra chega a 1/3, e em Recife, 40% da população mora em favelas. Até mesmo a mitificada Curitiba convive com um anel de invasões que praticamente cerca todo o município, agredindo fortemente as áreas de proteção dos mananciais. (Maricato, 2014, p. 2)<sup>4</sup>

A autora observou também a urbanização acelerada, no Brasil, lembrando que, em 1940, a população residente nas cidades brasileiras era um terço de toda a população, dado que se alterou ao final do século passado. Segundo ela,

No início do século XXI, quando 82% da população do país são urbanos, a imagem das cidades, especialmente das metrópoles, se apresenta bastante diversa daquela de 60 anos antes. Violência, enchentes, poluição do ar, poluição das águas, favelas, desmoraamentos, infância abandonada etc. etc. Em apenas nove

<sup>3</sup> [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>4</sup> Ermínia Maricato, neste texto, tomou por base os números apresentados por CASTRO, M.C. Pozzi de; e SILVA, H.M. Barreto da, no livro “Legislação e mercado residencial em São Paulo”. São Paulo: LabHab / FAUUSP, 1997.



metrópoles moram 50 milhões de pessoas, mais do que a população da maior parte dos países da Europa ou da América Latina. Em 50 anos, a população urbana brasileira cresceu mais de 100 milhões de indivíduos. A sociedade apenas começa a se dar conta de que o avassalador processo de urbanização foi acompanhado da modernização no modo de vida, no ambiente construído, nas comunicações, sem deixar, entretanto, de reproduzir seu lado arcaico. Isto é, a modernização é apenas para alguns; a cidadania e os direitos, *idem.* (*ibid.*, p. 1)

Ainda de acordo com Maricato,

Depois de relutar em reconhecer essa realidade, o Estado, no Brasil, abandonou o discurso da remoção pelo discurso da urbanização de favelas. Essa mudança se consolidou nos anos 80, quando muitos governos municipais perceberam que era mais viável economicamente, e até mais urgente, se levarmos em conta as normas de saúde pública, realizar a urbanização das favelas do que remover seus moradores para novas moradias. A urbanização implica, no mínimo, iluminação, água tratada, esgoto, drenagem, coleta de lixo, circulação viária e de pedestres e eliminação dos riscos de vida.

Uma das causas dessa atitude foi, sem dúvida, econômica. A urbanização por família custa entre 10% a, no máximo, 50% (nas urbanizações mais caras) de uma nova moradia (...). (p. 4)

Ou seja, incapaz de oferecer à sua população moradia digna e em condições básicas de habitabilidade – com energia elétrica, água potável, esgoto, transportes e acesso viário –; e não conseguindo levar adiante os fracassados e conhecidos programas de remoção das favelas, dos anos 1960 e 1970, o Estado brasileiro sucumbiu ante a realidade das favelas. Não é exagero afirmar que, na prática, ao longo do último século, as favelas representam a política habitacional que deu certo. Empreendida não por governos, mas por quem dela mais carecia: o povo pobre, sem moradia digna e sem transporte público amplo e eficaz para atender a população urbana, em seus deslocamentos diários da moradia para o local de trabalho e estudos.

Incapaz e desinteressado em garantir moradia às amplas parcelas pobres de sua população, o Estado brasileiro, através de seus governos municipais, estaduais e federal, com a contribuição da mídia e de instituições da sociedade civil, tem buscado neste início de XXI remover não mais as favelas, mas os sentidos e significações do que se possa, agora, entender por <favela>. De “lugar problema”, a favela agora é *fashion*, é atração turística – é show! Aparece até em telenovelas, agora não mais das formas estigmatizadas. E em vez dos famigerados camburões da polícia, hoje circulam pelas favelas cariocas os



grandes jipes de empresas de passeios turísticos, carregados de turistas, inaugurando um novo negócio – o Favela *Tour*.

Neste artigo, portanto, ressaltamos que está em curso um processo de remoção dos sentidos e das significações da palavra <favela>, que resulta do próprio processo de transformação capitalista da cidade que, de lugar de moradia e trabalho, é agora lugar de negócios. Ou, mais precisamente: a cidade é o próprio negócio. Mais do que em outros períodos históricos, agora cada metro quadrado da cidade é ainda mais disputado, de modo haver em curso um processo de valorização imobiliária intenso, que abrange das áreas nobres da “antiga cidade” às que na cidade antiga eram redutos abandonados pelo poder público – lugar de pobre, como as favelas e as áreas e bairros decadentes.

Agora essas áreas estão sendo “revitalizadas” – como no caso do Porto do Rio; estão sendo urbanizadas, quando não “pacificadas” – como no caso das favelas –, em um processo onde atratividades e investimentos se entrelaçam inextricavelmente, como, por exemplo, a realização de grandes eventos como a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016, motores e molas propulsoras de toda essa transformação atual da cidade, de caráter plenamente capitalista e mundial e que, portanto, não se restringe ao Rio de Janeiro.

Esta remoção de sentidos e significações sobre a cidade do Rio de Janeiro vem dar conta, muito provavelmente, de estabelecer um novo sentido comum à cidade, que é o de lugar de negócio, sendo ela própria o principal negócio – o prato principal. No texto aqui já citado do Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor, os autores escreveram que

O projeto de cidade empreendido pelo poder público municipal é o projeto desejado por determinados setores abastados da sociedade, consolidando o projeto neoliberal, a cidade empresa, a cidade mercadoria, a cidade negócio, dirigida pelos empresários. (op.cit., p. 8)

O crescimento desproporcional da população carioca perante o exíguo espaço urbano da cidade, portanto, foi e permanece adensando a malha urbana de tal modo, substituindo paisagens naturais e espaços de respiração da própria urbe por uma ocupação desenfreada, de todo o tipo, que afeta o próprio clima, já conhecido pelo forte calor e pelas tempestades de verão. Ocupação que se acelerou nas últimas décadas. Em meio século sua população multiplicou por seis<sup>5</sup> e, pode-se dizer, com alguma garantia de

---

<sup>5</sup> Ver [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)



evidência, que viver no Rio, tantas vezes, “é um sufoco!” – da violência aos barulhos de uma grande metrópole; dos desmatamentos de suas encostas aos passos apressados que praticamente nos atropelam quando circulamos nas ruas do Centro da cidade. O Rio de Janeiro já contabiliza, em sua região metropolitana (Grande Rio), quase 12 milhões de habitantes. E a cidade não para de crescer.

Cidade grande e múltipla, sua população é bem maior do que suporta seu próprio território. Espaço pouco demais para tantas demandas habitacionais que, conseqüentemente, não param de se expandir, até mesmo pelo influxo da imigração, agora impulsionada pelos grandes eventos internacionais. Daí, cada metro quadrado na cidade do Rio de Janeiro também se tornar múltiplo de múltiplos outros, edificando-se ao máximo e, desta forma, escondendo muitas das matas e silhuetas das montanhas, quando não desafiando o próprio equilíbrio geológico. E cada metro quadrado da cidade passa a ser explorado como “lugar de negócio”, inclusive, nas próprias favelas.

Ou seja, as favelas que já em um passado longínquo representavam a menor parcela enquanto lugar de moradia, se expandiram a tal ponto (sobretudo a partir dos anos 1990) que hoje elas representam parcela importante do solo e da população da cidade, como vimos nos números expostos por Ermínia Maricato. E de “assunto-problema” (lembremo-nos das “remoções” que se realizaram no passado, principalmente nos anos de 1960 e 1970, criando bairros como Antares e Vila Kennedy), as favelas são hoje – “urbanizadas” e “pacificadas” – fontes de atividades turísticas. Portanto, também “lugar de negócio” – mas agora “um negócio lícito e muito lucrativo também”. Daí ser preciso ressignificar esta revitalizada “nova cidade”, removendo-se não os problemas seculares, mas os sentidos.

E isto não somente através da mídia hegemônica, mas a partir dela irradiando-se e envolvendo, inclusive, mídias que se produzem nas próprias favelas, circulando informação e comunicação local, com vozes e edições próprias. Favela é agora lugar de atrações, com teleféricos supermodernos, escadas rolantes de última geração, elevadores panorâmicos, guias turísticos bem informados e falando, pelo menos, o inglês. Mas supomos que pouco se saiba ainda sobre como são e permanecem sendo as suas condições de vida, de habitabilidade, de sociabilidade, de crescimento e desenvolvimento humano, social e cultural. E, sobretudo, as condições de segurança e cidadania.



O antropólogo argentino Néstor Canclini (2008), escrevendo sobre a Cidade do México, que em um século passou de um milhão e meio de pessoas para 16 milhões de habitantes, indagou se é possível continuar falando de cidade e vida urbana em “megalópoles com mais de dez milhões de habitantes”. E se “podem subsistir as culturas urbanas definidas por tradições locais numa época em que a cultura se desterritorializa e as cidades se reordenam para formar sistemas transnacionais de informação, comunicação, comércio e turismo” (p. 75).

Nas favelas do Rio de Janeiro, por exemplo, essa desterritorialização cultural transparece em manifestações locais que vão, por exemplo, no caso da música, do samba ao hip-hop e ao funk, mesclando e misturando diferentes experiências culturais e origens sociais. E hoje, metade da segunda década do XXI, essas manifestações desceram os morros, se expandiram para além das favelas e são apreciadas e reproduzidas e recriadas na chamada “cidade legal”, produzindo misturas e mesclando-se com diferentes expressões culturais outras, em uma nova mestiçagem – não de raças e etnias, mas de culturas.

### **Primeiras conclusões**

A cidade do Rio de Janeiro mudou bastante sua paisagem original, perdendo-se hoje entre prédios altos e favelas, multidões, viadutos, com crianças e idosos dormindo nas calçadas das ruas por onde circulam carros de último tipo, aonde as noites quase sempre não são silenciosas, nem tranquilas. Sobre esta ocupação verticalizada do território da cidade, a pesquisadora Lucrecia D’Alessio Ferrara, em artigo para a revista *MATRIZES*, da USP, intitulado “Cidade: meio, mídia e mediação”, escreveu que “A paisagem urbana do planeta já consolidou a verticalidade como índice das cidades que se confrontam para atingir o cume da altura e do poder”.

Construir para significar, verticalizar para fazer ver, fazer ver para simbolizar. Esses são os elementos que permitem estudar a cidade como meio e como mídia. Ou seja, os índices materiais e formais constroem as cidades e permitem que sua imagem constitua a mídia mais eloquente e eficaz. Aprender essa mídia, considerando seus suportes construtivos, nos leva a constatar que, às características urbanísticas e



funcionais de uma cidade, alia-se a dimensão comunicativa que faz com que a cidade surja sempre e, sobretudo nos dias atuais, de um lado, como eficiente mídia a sustentar as ambições e planos globais e, de outro, nos surpreenda pelas imponderáveis e inesperadas manifestações de vida que vão muito além da simples intenção midiática. (Ferrara, 2008, p. 41)

Verticalizado, super-habitado, mas repleto de paisagens exuberantes e manifestações de vida “que vão muito além” das intenções midiáticas, as imagens da cidade do Rio de Janeiro ainda são a sua melhor mídia. E o solo da cidade tem sido, ao longo do seu processo histórico de ocupação e urbanização, alvo permanente de disputas. Expressão do poder dominante que comandou a ocupação da cidade, o assentamento das camadas privilegiadas financeira e materialmente – nas quais se incluem as ditas “classes médias” – se fez nas chamadas “áreas nobres” da cidade, isto é, os bairros da Zona Sul, do Centro e da Zona Norte mais próxima ao Centro.

O desenvolvimento urbano, sobretudo a partir de fins do século XIX, início do XX, iniciou um processo de “modernização” que privilegiou ainda mais as camadas já beneficiadas e assistidas por meios de transporte, serviços e equipamentos públicos. Às camadas pobres da população restou a periferia sempre distante, sem meios de transportes adequados e eficientes; ou as encostas dos morros, nas favelas próximas aos centros urbanos, que próximas aos locais de trabalho passaram a se constituir em alternativa de moradia permanentemente recorrente (Brum, 2013). Esse processo de urbanização, contudo, não foi exclusivo ao Rio de Janeiro, como se depreende das palavras do já citado David Harvey:

A urbanização, podemos concluir, vem desempenhando um papel fundamental no reinvestimento dos lucros, a uma escala geográfica crescente, mas ao preço de criar fortes processos de destruição criativa que espoliaram as massas de qualquer direito à cidade. O planeta como canteiro de obras se choca com o “planeta das favelas”. Periodicamente isso termina em revolta. (op.cit.)

Sob esse ponto de vista, portanto, é possível admitir que as favelas representem uma espécie de “reforma agrária, na marra” do solo urbano carioca; isto é, na prática uma “política habitacional” que as populações pobres empreenderam e empreendem, desde tempos remotos (final do XIX), nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro, por exemplo. Uma iniciativa com aparente êxito, como se pode perceber, e que na ausência de



iniciativas públicas e governamentais se estabeleceu, criou jurisprudência e hoje é uma realidade, na maioria dos casos, indissolúvel e irremovível.

Por muito tempo a cidade do Rio e o seu imaginário social conviveram com memórias de casos famosos de remoções de favelas, como as dos morros do Pasmado, em Botafogo, ou da Catacumba, na Lagoa Rodrigo de Freitas Assim como o caso dos mendigos que apareceram mortos nas águas do Rio Guandu, na Zona Oeste do Rio, quando o governo de Carlos Lacerda, no início dos anos de 1960, implantou uma política de “limpeza” da cidade<sup>6</sup>.

De tal modo que palavras como <remoção> e <favela> quase sempre apareceram juntas nos discursos das mídias jornalísticas, constituindo sentidos e significações que povoaram e ainda habitam esse imaginário social, onde o “poder público” é sempre um ente ausente, que se faz presente com “intervenções urbanas” pontuais e autoritárias, quando não criminosas, e que não solucionam os problemas, mas criam memórias. Ao folhear-se os jornais diários dos anos de 1960, essas referências estão quase sempre associadas.

No *Jornal do Brasil*, por exemplo, de 31 de novembro de 1968, foi publicada reportagem cujo título era “Favelados se preparam para lutar contra a sua remoção”. Nela foi também reproduzido um trecho da convocação do II Congresso da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara, que realizou-se naquele ano. Na convocação é dito que:

Com o trabalho do homem, a cidade cresce, o progresso aproxima-se das áreas onde você habita, crescendo a cobiça desses lugares já valorizados. Embora a lei seja igual para todos, sempre vence o mais forte, e surgem as remoções para lugares longínquos, trazendo vários transtornos para o homem que vive de salário. O que será do trabalhador quando a cidade chegar em Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus? Para onde você vai? (apud Brum, 2013)

Mais de duas décadas depois, o tema da favela, que não deixara de aparecer nas mídias, reapareceria mas, agora, vinculado ao então novo território dos negócios

---

<sup>6</sup> Para aprofundamento desta memória sobre as remoções de favelas ocorridas nos anos de 1960 e 1970, o autor consultou, sobretudo, os artigos de Álvaro Ferreira, intitulado “Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros”, e de Mario Brum, “Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos”. Cf. referências bibliográficas.



imobiliários, a Barra da Tijuca, na Zona Oeste da cidade. No jornal *O Globo*, de 31 de março de 1989, uma reportagem informou que:

As últimas medidas concretas tomadas para conter a inundação das favelas estão ligadas aos nomes de Sandra Cavalcanti e Carlos Lacerda, no início dos anos 60. (...) A favela é o retrato do absoluto desinteresse em criar novas possibilidades urbanísticas por parte dos políticos que querem a remuneração imediata e popularidade demagógica. A favela não tem lei, não tem escola, não paga imposto (...) Onde estão os projetos de remanejamento, de criação de novas zonas urbanizadas? Onde está o mínimo de fiscalização que impeça a contínua expansão desse câncer que vai estrangulando o Rio? (ibid.)

As palavras, portanto, estão contidas de historicidades, povoadas de imaginários e múltiplos sentidos. E a cidade do Rio de Janeiro tem as suas próprias palavras, isto é, palavras que a caracterizam e que estão marcadas de sentidos. A palavra <favela> é um exemplo emblemático de sentidos que estão em transição, em derivas e deslizamentos para outros sentidos, novas significações, que não aquelas antigas associadas quase que somente a negatividades, estigmas e exclusões. Não por outro motivo, certamente, o poeta e compositor Zé Kéti, nascido e que viveu e morreu na favela, escreveu, no início dos anos de 1960, o samba cuja letra afirmava que “o morro não tem vez”. Essa realidade mudou. Cansado de esperar, “o morro” conquistou a seu modo a sua vez. As favelas são exemplo dessa conquista: uma política habitacional não planejada, imprevista, precária, mas levada adiante e executada pelas amplas parcelas da população sem acesso à moradia – e que deu certo.

A remoção dos seus sentidos e significações tornou-se urgente e necessária, até porque nas favelas vivem hoje, como acentuou Ermínia Maricato, cerca da metade da população de cidades como São Paulo e o Rio de Janeiro. Favela, agora, é *cult*, é atração turística e muito provavelmente alternativa de moradia para parcelas cada vez mais amplas da população pobre, que a olham e vislumbram com outros olhares. E seus sentidos estão em trânsito, muito provavelmente indiciando novas significações que no correr do tempo histórico serão produzidas. Retomando as observações iniciais de Bakhtin, aqui já citadas,

(...) É, portanto, claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não



abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada (...). (op.cit.)

Há de se ressaltar, por fim, mas na mesma ordem de relevância, que muitos dos hábitos e expressões próprias, modos de dizer típicos de quem sempre morou em favelas, estão hoje presentes e espalhados nos discursos e linguagem que circulam e atravessam a cidade, presentes mesmo no vocabulário cotidiano das conversas dos cidadãos e cidadãs da “cidade legal”<sup>7</sup>, inclusive, reproduzidos na mídia hegemônica, que assim os legitima, ampliando ainda mais suas circularidades. Expressões como “perdeu”, “tá bolado”, “deu ruim”, “sangue bom”, “maluco”, “tá ligado?” – nasceram e vieram das favelas, espalhando-se pelas demais camadas do tecido social urbano, presentes hoje nos mais diversos e diferentes ambientes da cidade do Rio de Janeiro.

Nesse contexto de estudo das palavras e suas marcas, suas historicidades, palavras como <favela> e <remoção> contêm sentidos históricos que estão sendo removidos, transladados para uma outra ordem de discurso, mais consentânea com as novas realidades que o capitalismo impõe e engendra na cidade do Rio de Janeiro, com a valorização ostensiva do seu solo urbano. Mas, não somente isto. Muito provavelmente essa remoção e esses deslocamentos de sentidos devem resultar bem mais das pressões dos movimentos sociais por moradia e contra as remoções, pressões dos próprios moradores de favelas que se impuseram e se fizeram valer, diante de um Estado precário e sempre incapaz para atender as necessidades das parcelas mais pobres da população. Como reconheceram os autores do texto “A luta por moradia e a política urbana no Rio de Janeiro”, aqui citado,

Os avanços da política urbana, apesar de serem poucos, se comparados com seus retrocessos, devem ser valorizados pela qualidade e pela mobilização popular na luta pelo sonhado projeto democrático de cidade (...). Como podemos perceber, as forças políticas são muito desiguais em poder econômico, político e decisório. Há um abismo entre o projeto da cidade empresa e o projeto defendido pelo movimento social. Saber claramente quais são estes projetos e de que lado estamos constitui-se como o primeiro passo em busca da utopia democrática e da mobilização para o enfrentamento político.

---

<sup>7</sup> A expressão é de Ermínia Maricato, aqui já citada.



Estamos convencidos de que a favela conquistou e conquista cada vez mais reconhecimento como lugar da cidade, e não à parte dela, excluída. E seu território, antes temido, hoje, pretensamente “pacificado”, tem sido visitado por turistas de várias partes do mundo e também pelos próprios moradores da “cidade legal”. A favela tem conquistado, portanto, não somente o lugar de moradia, mas também o lugar de fala de milhares que nunca foram ouvidos. E isto se expressa e se manifesta culturalmente, como, por exemplo, nas letras, músicas e poesias que falam da favela. Como na composição de Rap Brasil, em que é dito:

Eu só quero é ser feliz,  
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é.  
E poder me orgulhar,  
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar.  
Fé em Deus, DJ

Eu só quero é ser feliz,  
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é.  
E poder me orgulhar,  
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar<sup>8</sup>

## Referências bibliográficas

- ADORNO, T., HORKHEIMER, M. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.
- BRUM, Mário. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. *O Social em Questão*. Revista do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, nº 29, Ano XVI. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013, pp. 179-208.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma “analítica” da midiatização. In: *MATRIZES*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Ano I, nº 2 (jan. - jun. 2008). São Paulo: ECA/USP, 2008.
- FERRARA, Lucrécia D’Alessio. Cidade: meio, mídia e mediação. In: *MATRIZES*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Ano I, nº 2 (jan. - jun. 2008). São Paulo: ECA/USP, 2008.

---

<sup>8</sup> A letra está disponível in: <http://musica.com.br/artistas/rap-brasil/m/eu-so-quero-e-ser-feliz/letra.html>, visitado em 04 de agosto de 2014.



FERREIRA, Álvaro. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. In: *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona, Espanha: Universidade de Barcelona, junho de 2009.

GOMES, Nilo Sergio S. *Imprensa surgente e insurgente na Independência. Memórias do Correio do Rio de Janeiro e de seu editor, 'hum tal Lisboa'*. Tese de Doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, em julho de 2013. Disponível, em agosto de 2014, no portal da Escola de Comunicação da UFRJ: [http://www.pos.eco.ufrj.br/publicacoes/doutorado/tese\\_ngomes\\_2013.zip](http://www.pos.eco.ufrj.br/publicacoes/doutorado/tese_ngomes_2013.zip).

HARVEY, David. *O direito à cidade*. Artigo disponível em 19 de julho de 2014 in:

<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade>.

IANNI, Octávio. Mídia, política e hegemonia. In: *Globalização: dimensões e alternativas. Hegemonia e contra-hegemonia*. (Vol. 2). Santos, Theotônio (Org.). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *O príncipe eletrônico*. Primeira Versão, publicação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 1998.

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso*. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARICATO, Ermínia. *Conhecer para resolver a cidade ilegal*. Disponível em 18/7/2014 in: [www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/.../maricato\\_conhecercidadeilegal.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/.../maricato_conhecercidadeilegal.pdf)

MORIN, Edgard – *Uma introdução ao pensamento complexo*. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

SANTOS, Milton. *Urbanização brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SARAIVA, Camila Pereira; BARROS, Danielle; VARGAS DE FARIA, José Ricardo; FERREIRA, Patrícia Menna Barreto; POLLI, Simone Aparecida; ARAÚJO, Vanessa Jorge de; BOCANEGRA, Vanessa Martin. *A luta por moradia e a política urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2007.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VAINER, Carlos. Utopias urbanas e o desafio democrático. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Governo do Estado do Paraná, 2003, s/p.